O GLOBO
Publicado em 23/06/2022 - 05:57

Prisão de ex-ministro da Educação abala discurso de Bolsonaro contra a corrupção

CORRUPÇÃO NO MEC

IMPACTO ELEITORAL

Prisão de ex-ministro estremece campanha de Bolsonaro e esvazia discurso anticorrupção

JUSSARA SOARES, AGUIRRE TALENTO, PAULA FERREIRA E EDUARDO GONÇALVES
politica@oglobo.com.br
BRASÍLIA

A campanha à reeleição do presidente Jair Bolsonaro (PL) sofreu um abalo ontem, faltando pouco mais de três meses para a eleição, com a prisão do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro. O ex-integrante do governo é alvo de uma investigação da Polícia Federal que apura suspeitas de corrupção e tráfico de influência na pasta que comandava. O episódio foi considerado um "desastre" por interlocutores do titular do Planalto, que avaliaram o caso como uma "tempestade perfeita", pois ao mesmo tempo em que municia adversários contra o presidente, enfraquece o discurso de combate à corrupção que o elegeu há quatro anos.

Ribeiro foi preso por volta das 7h, em Santos, onde voltou a morar desde que deixou o governo, em março. Ele deve participar hoje de audiência de custódia via videoconferência. A investigação apura denúncia de que os pastores Arilton Moura e Gilmar Santos — também presos ontem — cobravam propina para facilitar a liberação de recursos do MEC para prefeituras. O caso corre sob sigilo e não ficaram totalmente claras as motivações para a decretação da prisão preventiva. O advogado do ex-ministro, Daniel Bialski, confirmou ontem que a mulher do antigo chefe do MEC, Myrian Ribeiro, recebeu R$ 60 mil de uma pessoa ligada a Moura. O advogado, contudo, afirmou ao GLOBO que o depósito é referente à venda de um carro e que não há "nada de errado".

NOVA PESQUISA HOJE

A estratégia adotada ontem por integrantes do governo foi a de tentar blindar Bolsonaro, com o discurso de que, além de ter demitido o então ministro quando o caso foi revelado, ele não agiu para proteger o aliado das investigações. Há três meses, porém, o presidente defendeu Ribeiro das acusações e chegou a dizer que "botava a cara no fogo" por ele. Ontem, mudou o tom e admitiu que o caso "vai respingar" nele (*leia mais na página 6*).

Atrás nas pesquisas de intenção de voto, Bolsonaro vinha apostando nos escândalos de corrupção dos governos do PT para se contrapor ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que hoje lidera a corrida eleitoral. A expectativa no entorno do presidente, era de que essa estratégia poderia ajudar a reverter o cenário, mas aliados agora admitem que a prisão deve ter impacto negativo — hoje será divulgada uma nova rodada do Datafolha, o que pode acrescentar ainda mais pressão na campanha à reeleição.

Em declaração à colunista Bela Megale, do GLOBO, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do presidente, admitiu que a prisão representa um revés na corrida do titular do Planalto por um novo mandato, mas voltou a recorrer à comparação com o governo petista para tentar descolar o pai das denúncias envolvendo o ex-chefe da pasta da Educação.

— Óbvio que não é algo positivo, mas o presidente Bolsonaro diferencia sua postura quando o ministro é afastado e as investigações acontecem normalmente. Essa postura é contrária ao que acontecia nos governos passados, onde havia corrupção generalizada. Dilma tentou usar a estrutura de poder para nomear Lula para um ministério e blindá-lo — disse o senador.

"ACESSO PAGO"

Além de Ribeiro e os dois pastores, a PF também prendeu ontem Luciano Musse, que foi gerente de projetos da Secretaria Executiva na gestão do ex-ministro na pasta, e o ex-assessor da Secretaria de Planejamento Urbano da prefeitura de Goiânia Helder Bartolomeu, ligado aos pastores. Também foram cumpridos 13 mandados de busca e apreensão nos estados de Goiás, São Paulo, Pará e Distrito Federal.

A operação, batizada de "Acesso Pago", foi autorizada pelo juiz federal Renato Borelli, da 15ª Vara Federal do Distrito Federal, e apura crimes de corrupção passiva (que tem pena prevista de dois a doze anos de prisão), tráfico de influência (dois a quatro anos), prevaricação (três meses a um ano) e advocacia administrativa (um a três meses). A investigação teve início no Supremo Tribunal Federal (STF), mas foi enviada à primeira instância depois que Ribeiro deixou o cargo de ministro.

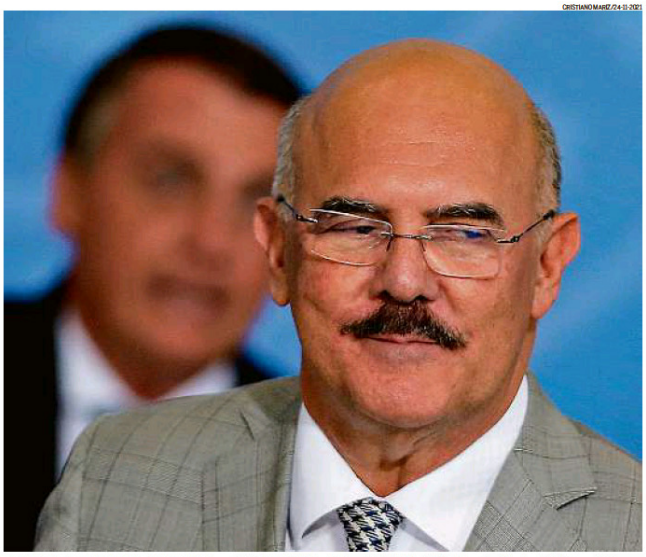
A atuação dos pastores na pasta foi revelada em março, pelo jornal "O Estado de S.Paulo", que mostrou como os religiosos prometiam a prefeitos facilitar a liberação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em troca de propina.

Prefeitos abordados pela dupla admitiram ao GLOBO que os pastores cobravam propina até mesmo por meio da compra de Bíblias. Em um áudio revelado pelo jornal "Folha de S. Paulo", na época em que o caso foi divulgado, Ribeiro afirma que a prioridade dada a Santos e Moura foi um pedido do próprio presidente. Em depoimento dado à PF no dia 31 de março, o ex-ministro confirmou que Bolsonaro pediu que ele recebesse Santos.

Como revelou o GLOBO em abril, os pastores tinham amplo acesso à cúpula do governo. Moura esteve 35 vezes no Palácio do Planalto desde o início do governo Bolsonaro, enquanto Santos foi à sede do Executivo dez vezes no mesmo período.

O prédio do MEC foi um dos locais de buscas em Brasília. O atual ministro da pasta, Victor Godoy, ocupava o posto de secretário executivo de Ribeiro, ou seja, o número dois do MEC. Em entrevista ontem, defendeu punição "a todos aqueles que tenham praticado irregularidades".

CRISTIANO MARIZ/24-11-2021



Investigação. O ex-ministro Milton Ribeiro, à frente, e o presidente Jair Bolsonaro: operação da PF prendeu cinco suspeitos de atuação no esquema

COMO FUNCIONARIA O ESQUEMA

Investigação levou ex-ministro Milton Ribeiro à prisão

O ex-ministro Milton Ribeiro e os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura são acusados de operar um balcão de negócios no MEC: os religiosos, mesmo sem ter cargo no governo, negociavam com prefeitos o repasse de verbas em troca de propina. Eles cobravam entre R$ 15 mil a R$ 40 mil e até mesmo a compra de Bíblias para facilitar a liberação dos recursos aos municípios, que conseguiam a verba semanas depois da negociação.

QUEM É QUEM - OS DETIDOS NA OPERAÇÃO

Milton Ribeiro
Pastor na Igreja Presbiteriana, teólogo e advogado, ficou no cargo de junho de 2020 a março de 2022, período em que recebeu dezenas de prefeitos levados ao ministério pelos pastores lobistas.

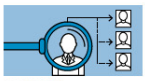
Gilmar Santos
Protagonista no lobby no MEC, diz que há 40 anos prega o Evangelho e divulga suas aulas de teologia. É fundador da Igreja Assembleia de Deus Ministério Cristo para Todos e preside uma convenção nacional de igrejas.

Arilton Moura
Braço direito de Gilmar Santos nas agendas do MEC, é apontado por prefeitos como o principal nome na cobrança de vantagens indevidas. Ele também é assessor de assuntos políticos da convenção nacional de igrejas.

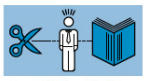
Luciano Musse
Ex-gerente de projetos da Secretaria Executiva do MEC é apontado como interlocutor dos pastores dentro do MEC. Foi exonerado assim que Victor Godoy assumiu no lugar de Ribeiro.

Helder Bartolomeu
O ex-assessor da Secretaria de Planejamento Urbano da prefeitura de Goiânia também era ligado aos pastores e chegou a participar de evento sobre liberação de recursos do MEC a pedido de Arilton.

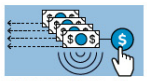
O ÁUDIO
Em um áudio obtido pela Folha de S.Paulo, Ribeiro diz que atende a pedidos de Gilmar Santos e Arilton Moura por orientação de Bolsonaro: "Porque a minha prioridade é atender primeiro os municípios que mais precisam e, em segundo, atender a todos os que são amigos do pastor Gilmar. (...) Porque foi um pedido especial que o presidente da República fez para mim".



A ACUSAÇÃO
A investigação da Polícia Federal envolvendo o ex-ministro e os pastores foi pedida pela Procuradoria-Geral da República, que viu indícios dos crimes de corrupção passiva, tráfico de influência, prevaricação e advocacia administrativa.



DA PRESSÃO À DEMISSÃO
Diante do escândalo, Centrão e evangélicos pressionaram pela demissão de Ribeiro, mas Bolsonaro resistiu e disse que botava a cara no fogo pelo seu auxiliar. Dias depois, o presidente cedeu e o exonerou. Michelle Bolsonaro saiu então em defesa de Ribeiro, dizendo que Deus provaria que ele é honesto.



INFLUÊNCIA NO GOVERNO
Desde o início do mandato de Bolsonaro, o pastor Gilmar Santos esteve no Palácio do Planalto dez vezes, em quatro delas, reuniu-se com o presidente. Ao MEC, ele foi 13 vezes. Já Arilton Moura, esteve 90 vezes no MEC e fez 35 visitas ao Planalto.

Editoria de Arte

> *"Óbvio que não é positivo, mas o presidente diferencia sua postura quando o ministro é afastado e as investigações acontecem normalmente. É o contrário do que acontecia em governos passados"*
>
> **Flávio Bolsonaro,** senador e integrante do comitê da campanha à reeleição

CORRUPÇÃO NO MEC

ANÁLISE

Operação abala pilar de estratégia contra o PT

Prisão de Milton Ribeiro eleva denúncias contra o governo a outro patamar e tem efeito colateral de revés para os evangélicos

THIAGO PRADO thiago.prado@oglobo.com.br

Durante três anos, as acusações de rachadinha nos gabinetes dos filhos do presidente Jair Bolsonaro foram usadas pela oposição para rebater o discurso de que apenas o PT tinha escândalos de corrupção para explicar. Pelas pesquisas de opinião, o caso nunca resvalou na popularidade do presidente, por não envolvê-lo diretamente e por se tratarem de fatos ocorridos antes da sua posse, em janeiro de 2019.

Houve também um momento em que Bolsonaro foi cobrado pelos chamados "laranjas" do PSL, escândalo envolvendo seu antigo partido, que lançou candidaturas fantasmas apenas para cumprir a cota de representação feminina na disputa para o Congresso. Também não colou: quem acabou tendo que responder mais sobre os acontecimentos foi o ex-ministro do Turismo Marcelo Álvaro Antônio e o presidente do PSL (hoje União Brasil), Luciano Bivar.

Veio a CPI da Covid em 2021 e, mais uma vez, denúncias de corrupção, desta vez envolvendo a compra da Covaxin. Novamente, as acusações que permearam os depoimentos no Congresso não respingaram em Bolsonaro, que teve sempre a desculpa de que a vacina indiana não foi comprada pelo governo federal, a despeito da proposta superfaturada que vinha sendo negociada pelo Ministério da Saúde.

Às vésperas da eleição de 2022, a prisão ocorrida na manhã de ontem muda o patamar das denúncias contra o governo e coloca em xeque um dos principais discursos governistas contra o PT. Agora há um ex-ministro preso por denúncias envolvendo atos praticados dentro do próprio governo Bolsonaro. Há ainda, conforme revelou O GLOBO, pastores presos que estiveram no Palácio do Planalto 35 vezes nos últimos meses.

Milton Ribeiro representa ainda um duro revés para os evangélicos, segmento fundamental na estratégia de reeleição do presidente. Trata-se de um pastor presbiteriano que, junto com Damares Alves, representava o espaço das igrejas na Esplanada dos Ministérios. No primeiro semestre, quando as acusações começaram a aparecer, lideranças como Silas Malafaia e o deputado Marco Feliciano (PL-SP) fizeram duras críticas ao ministro e pregaram a sua demissão, o que ocorreu uma semana depois da primeira denúncia de pagamento de propina.

OUTRAS DENÚNCIAS ENVOLVENDO O GOVERNO

"Laranjas" do PSL
Após virem à tona denúncias sobre possível utilização de candidaturas laranjas pelo PSL — partido de Bolsonaro na época —, o então ministro do Turismo, **Marcelo Álvaro Antônio**, foi indiciado pela Polícia Federal (PF), em outubro de 2019, por associação criminosa, apropriação indébita e falsidade ideológica eleitoral. Ele só foi exonerado em dezembro de 2020 porque comprou briga com um integrante da ala militar do governo.

JORGE WILLIAM/16-1-2019

CPI da Covid
Em abril de 2021, o Senado instaurou uma CPI para investigar ações e possíveis omissões do governo durante a crise sanitária. Surgiram acusações e suspeitas de corrupção envolvendo o Ministério da Saúde. Um dos casos foi a compra da vacina indiana Covaxin. O relatório final da comissão concluiu que o governo atuou para acelerar a aquisição do imunizante que ainda não tinha autorização da Anvisa e com preço muito acima da média.

Madeira ilegal
Em maio de 2021, a PF deflagrou operação que teve como alvo o então ministro do Meio Ambiente, **Ricardo Salles**, suspeito de atuar para favorecer madeireiros com atuação ilegal na Amazônia. Ele foi alvo de mandados de busca e apreensão e teve seus sigilos bancários e fiscal quebrados. No mês seguinte, Salles pediu demissão, apesar de ainda contar com respaldo de Bolsonaro.

EVARISTO SA/AFP/16-4-2021

Orçamento secreto
Em maio de 2021, o jornal "O Estado de S.Paulo" revelou um esquema do governo destinado a repassar emendas do orçamento a determinados parlamentares, que poderiam definir onde seriam aplicados os recursos. A distribuição do orçamento secreto, como ficou conhecido, por não ter transparência, dificultando o controle do dinheiro público pelos órgãos de fiscalização. TCU e CGU investigam os repasses.

Irregularidades no FNDE
O GLOBO revelou que a CGU travou uma licitação suspeita de R$ 3 bilhões que compraria equipamentos de informática para escolas. Para uma das unidades, havia pedido de 30.030 laptops, embora ela só tivesse 255 estudantes. Este mês, o Ministério Público Federal solicitou à Polícia Federal investigação em mais uma suspeita de irregularidades em licitação para compra de mobiliário com potencial sobrepreço de R$ 1,6 bilhão.

CORRUPÇÃO NO MEC

Da 'cara no fogo' ao distanciamento: a guinada em três meses

Bolsonaro, que havia manifestado confiança em Ribeiro, ontem procurou se isolar, em estratégia defendida por assessores

DANIEL GULLINO, JUSSARA SOARES E EDUARDO GONÇALVES
politica@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Depois de ter dito que colocaria a "cara no fogo" pelo ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, o presidente Jair Bolsonaro mudou de tom. Na manhã de ontem, poucas horas após a prisão do aliado, o titular do Planalto rejeitou qualquer responsabilidade por eventuais atos do antigo integrante da Esplanada e defendeu que Ribeiro responda por seus atos. Em paralelo, assessores do governo tentaram deflagar uma estratégia de isolar o chefe do episódio.

A postura do presidente é diferente da ocasião em que o escândalo no MEC surgiu, em março. Naquele momento, ele fez uma defesa enfática do subordinado e só o afastou ao ser pressionado pela bancada evangélica e auxiliares.

— A questão do Milton, lamento. A imprensa vai dizer que está ligado a mim. Paciência. Se tiver algo de errado, ele vai responder. Se tiver… Se for inocente, sem problema. Se for culpado, vai pagar — disse Bolsonaro, à rádio Itatiaia.

Ainda sem saber o conteúdo da decisão que levou à prisão de Ribeiro, integrantes do governo adotaram a cautela para tratar o assunto ao longo do dia de ontem. O receio é que a investigação pudesse revelar gravações do ex-ministro da Educação ou movimentações financeiras que corroborem as suspeitas de crime envolvendo a distribuição de recursos do MEC para prefeituras.

> *"Eu boto a minha cara no fogo pelo Milton (Ribeiro), a minha cara toda. Estão fazendo uma covardia com ele"*
>
> **Jair Bolsonaro**, em 24 de março
>
> *"Se tem algum problema, a PF está agindo. Está investigando. É um sinal que eu não interfiro na PF. Porque isso vai respingar em mim, obviamente. Eu tenho 23 ministros, mais uma centena de secretários, mais de 20 mil cargos comissionados. Se alguém faz algo de errado, pô, vai botar a culpa em mim?"*
>
> **Jair Bolsonaro**, ontem

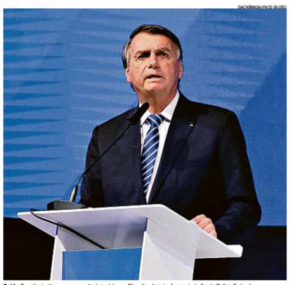
Há também o temor de que a apuração possa puxar um fio que atinja outras áreas do governo, ampliando a exposição do presidente. Diante do caso, Bolsonaro preferiu exaltar a sua conduta como governante. Segundo a colunista Malu Gaspar, do GLOBO, a entrevista de ontem foi o primeiro exemplo da estratégia de resposta, em uma tentativa de se descolar e assumir a dianteira da narrativa. O ex-ministro da Defesa Braga Netto, cotado para vice, participou ativamente das discussões internas, assim como o marqueteiro Duda Lima.

— Se tem algum problema, a PF está agindo. Está investigando. É um sinal de que eu não interfiro na PF. Porque isso vai respingar em mim, obviamente. Eu tenho 23 ministros, mais uma centena de secretários, mais de 20 mil cargos comissionados. Se alguém faz algo de errado, pô, vai botar a culpa em mim?

No dia 24 de março, Bolsonaro disse durante uma live nas redes sociais que Ribeiro era alvo de "covardia" e que não "colocaria na agenda oficial" encontro com os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, suspeitos de operar esquema de corrupção, se houvesse alguma irregularidade em andamento.

— Se ele estivesse armando, não tinha colocado na agenda oficial. Quando quer armar, vai para um fim de mundo, no meio do mato, não bota na agenda o nome do corruptor. Eu boto a minha cara no fogo pelo Milton (Ribeiro), a minha cara toda. Estão fazendo uma covardia com ele — afirmou Bolsonaro.

ISAC NÓBREGA/PR/22-06-2022



Saída. Presidente disse que operação é sinal de que Planalto não interfere no trabalho da Polícia Federal

Por ora, a ordem entre integrantes do governo é evitar declarações em defesa de Ribeiro. Ontem, a ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos Damares Alves, que é evangélica como o ex-colega de Esplanada, foi uma das únicas a dar declarações a favor de Ribeiro:

— Surpresa e triste (com a prisão), mas creio que o ministro ainda vai provar sua inocência, pois ele sempre se mostrou uma pessoa íntegra e correta. Já não posso falar o mesmo do tal pastor lobista, que, na minha opinião, não tem nada de pastor.

"DIA TRISTE"

Para representantes da bancada evangélica, a prisão representa uma mancha, mas pode mostrar que o governo não é tolerante com a corrupção.

— O episódio é lamentável, mas necessário para demonstrar que o governo não vai tolerar nenhuma prática ilícita, seja de quem for. Que sirva de exemplo para quem quer que seja. Neste governo, tudo é investigado e punido — disse o líder do grupo, deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ).

O deputado Marco Feliciano (PL-SP), que também faz parte da diretoria da bancada, disse que foi um dia "muito triste para a Igreja Evangélica de vertente Pentecostal".

Já o pastor líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, Silas Malafaia, viu "estranhezas" na operação:

— Se eles estão presos por suspeita de corrupção, cadê os prefeitos? Eles (os pastores) corromperam quem, então?

Episódio constrange grupo do WhatsApp presidencial

Fórum de Bolsonaro e ministros amanheceu quieto. Ribeiro, que se dizia sob 'provações', pediu orações por ele em culto domingo

THIAGO BRONZATTO
thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O grupo de WhatsApp do presidente Jair Bolsonaro e seus ministros costuma amanhecer agitado, com notícias positivas de cada pasta ou com teorias conspiratórias. Nesta quarta-feira, porém, o canal estava inerte, num "silêncio sepulcral", segundo o relato de integrantes do governo. O motivo da rara calmaria era o constrangimento causado pela prisão do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro e pastores lobistas que tinham acesso exclusivo ao Palácio do Planalto.

De acordo com um integrante da Esplanada, ninguém se manifestaria até Bolsonaro dar a primeira palavra sobre o escândalo. Outro membro do alto escalão do Executivo disse reservadamente que até gostaria de ligar para familiares de Milton Ribeiro para prestar solidariedade, mas tinha receio de cair em alguma interceptação telefônica da PF.

Bolsonaro tentou se afastar do caso pela manhã, em entrevista à Rádio Itatiaia, quando mudou de tom sobre o ex-ministro. Apesar da manifestação do presidente, alguns integrantes da cúpula do governo preferiram continuar em silêncio sobre o escândalo. Sabem que o episódio tisnou a imagem que Bolsonaro tentava lustrar de uma gestão sem falcatruas. Além disso, reconhecem que dar espaço para esse escândalo poderá irritar ainda mais o pré-candidato à reeleição que está em estado de nervos por permanecer em segundo lugar nas pesquisas eleitorais.

Embora tente abafar o caso, Bolsonaro já demonstrou para auxiliares ter preocupação com o estado emocional do ex-ministro da Educação. Antes de pedir demissão do cargo, em março, Milton Ribeiro tentou se isolar num fim de semana no litoral paulista. Um interlocutor do Planalto tomou a frente da gestão da crise para evitar que o então chefe do MEC explodisse e atingisse o presidente.

Naquele momento, foi colocado à disposição do ministro um helicóptero para se reunir com um ex-integrante do governo, que se voluntariou para tentar acalmar os ânimos. Mas Milton, que estava abalado com a exposição pública, preferiu pegar um voo de volta para Brasília e falar diretamente com o próprio presidente.

Após esse encontro, o então titular do MEC relatou a pessoas próximas que mantinha a confiança de Bolsonaro e que continuaria sendo defendido publicamente. No auge da crise, Milton também buscou apoio do seu padrinho político no governo, o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal. Ambos eram pastores e colegas da Igreja Presbiteriana. Mas o contato feito por meio de uma mensagem de WhatsApp foi praticamente ignorado com uma resposta lacônica do membro da Corte. Sob pressão de familiares e de lideranças evangélicas, o pivô do escândalo na Educação decidiu se afastar do cargo, com a expectativa de um dia ser inocentado e voltar para a Esplanada.

De lá para cá, Milton até tentou submergir. Mas o esforço foi em vão. Um mês depois de deixar o governo, ele ficou novamente sob o holofote após disparar acidentalmente a sua arma de fogo num guichê do aeroporto de Brasília. O episódio abalou novamente o ex-ministro, que dizia a pessoas próximas estar num "momento de provações".

No último domingo, Ribeiro pediu aos fieis da igreja Presbiteriana Jardim de Oração de Santos, onde é pastor, em São Paulo, que orassem por ele por causa de problemas com a Justiça. Ele se referia, no entanto, à ação em que é acusado de homofobia por declarações dadas quando era ministro:

— Quero também pedir aos irmãos que orem por mim. Semana passada fui informado que tem uma ação contra mim por homofobia, porque eu me neguei a permitir que crianças de 6 a 10 anos fossem expostas a ideologia de gênero. Não é nada para os irmãos se envergonharem de mim, mas eu gostaria muito que os irmãos orassem por mim. Essa semana devo ir para Brasília, então gostaria de contar com as orações dos irmãos.

Na manhã de ontem, três dias depois, ele foi preso pela PF.

Para Pacheco, calendário eleitoral prejudica instalação de CPI do MEC

CAMILA ZARUR
camila.zarur@oglobo.com.br
BRASÍLIA

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou ontem que a proximidade da eleição prejudica a instalação da CPI sobre as irregularidades no Ministério da Educação na gestão do ex-ministro Milton Ribeiro, preso por suspeita de corrupção e tráfico de influência na pasta. A oposição na Casa havia começado a recolher assinaturas em abril, quando vieram à tona as primeiras denúncias sobre o esquema. Ontem, a lista ganhou adesões.

De acordo com Pacheco, o calendário eleitoral poderia afetar a isenção e a dedicação dos senadores e, por consequência, a investigação. Por causa das campanhas, muitos parlamentares passam mais tempo nos seus estados do que em Brasília.

— O momento próximo das eleições prejudica o escopo de uma CPI, que é uma investigação isenta e tem um tempo necessário — disse Pacheco.

Ele pontuou que a prisão de Ribeiro é um fato relevante a ser considerado, mas não é "necessariamente determinante" para a instalação da CPI.

O líder da oposição no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), voltou a recolher assinaturas. A iniciativa recebeu o aval do líder do MDB, Eduardo Braga (AM), e da senadora Soraya Thronicke (União-MS), totalizando 26 nomes. No entanto, como na lista há o senador Renan Calheiros (MDB-AL), que está licenciado, este apoio pode não ter validade, levando o número para 25, dois a menos do que o necessário.

CRISTIANO MARIZ/30-05-2022

Pacheco. Proximidade da eleição esfria CPI

JANTAR PARA GILMAR

Na Câmara, segundo a colunista Bela Megale, o deputado Rogerio Correia (PT-MG) também retomou a coleta de assinaturas.

Em meio à crise, um jantar em homenagem ao ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), reuniu ontem o presidente Jair Bolsonaro, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e Pacheco. Participaram também os ministros do STF Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli, além dos ministros Ciro Nogueira (Casa Civil) e Anderson Torres (Justiça). *(Colaboraram Alice Cravo e Mariana Muniz)*

Copyright © Clipclap 2025.

CORRUPÇÃO NO MEC

Defesa vê prisão 'ilegal' e tenta habeas corpus

Para advogado de Milton Ribeiro, ex-ministro da Educação não representa 'qualquer perigo à ordem pública' e deve ser solto. Criminalista argumenta que fatos são antigos e não vê critério atendido para detenção preventiva

GUSTAVO SCHMITT
gustavo@sp.oglobo.com.br
SÃO PAULO

Advogado do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, Daniel Bialski classificou ontem a prisão do ex-ministro como "ilegal" e ingressou à noite com um pedido habeas corpus e um mandado de segurança para obter por liminar acesso aos autos. A defesa do ex-ministro reclamou de não conhecer toda a decisão e, no início da noite, entrou com um mandado de segurança no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) pedindo acesso ao processo.

Um dos argumentos do advogado é que os fatos conhecidos até aqui sob investigação datam de meses atrás, o que não daria motivo para uma prisão preventiva:

— Mesmo ainda não tendo conhecimento do teor da decisão que decretou a prisão preventiva, essa medida, que sempre deve ser excepcional, não encontra respaldo nas hipóteses possíveis. Os fatos ocorreram faz tempo, o que exclui a necessária contemporaneidade.

Ribeiro foi alvo de busca e mandado de prisão nesta manhã por suspeitas de envolvimento em corrupção e tráfico de influência durante sua gestão à frente do Ministério da Educação. Outro argumento do advogado é que não haveria necessidade de prisão porque o ex-ministro não ameaçaria a ordem social, que é um dos requisitos legais para a decretação de prisão preventiva. Um outro critério é a obstrução de Justiça, seja por meio de destruição de provas, coação de testemunhas ou risco de fuga, por exemplo. Na visão da defesa, não há requisitos contemplados para a decisão do juiz.

— O ex-ministro não representa qualquer perigo à ordem pública, aplicação da lei e ou instrução criminal. A acusação não é de crimes contra a violência, hediondo ou de cuja imputação poderia se presumir periculosidade. Além disso, medidas difusas da prisão, cautelares, seriam suficientes e não a prisão, que é a última alternativa e que deveria ser utilizada apenas em casos extremos — completou Bialski.

Bialski tentou evitar que Ribeiro fosse transferido para Brasília após a prisão em São Paulo, mas teve o pedido negado pela Justiça Federal. Mesmo assim, até a noite de ontem, o ex-ministro do governo Bolsonaro permanecia na Superintendência da Polícia Federal em São Paulo aguardando a transferência. Bialski disse que uma audiência de custódia poderia ser feita por videoconferência antes da viagem para o Distrito Federal e que a PF não teria conseguido organizar a logística para o transporte de Ribeiro.

O pedido de habeas corpus para soltar o ex-ministro deve seguir a mesma linha de argumentação, acrescentando que os fatos apurados já aconteceram há algum tempo.

PRERROGATIVAS: "MANCHA"

Coordenador do Grupo Prerrogativas, coletivo que reúne advogados e representantes da sociedade civil, Marco Aurélio de Carvalho disse que defende o devido processo legal mas destacou que a investigação sobre o ex-ministro da Educação é mais uma mancha para o governo Bolsonaro:

"O Grupo Prerrogativas entende que o que vale para Chico vale para Francisco e defende que deve ser respeitado o princípio da presunção de inocência, o devido processo legal e o sagrado direito de defesa, mas o fato é que o governo Bolsonaro foi manchado por mais uma escândalo de corrupção de extrema gravidade que envolve inclusive verbas para a área da educação. Esperamos que o Bolsonaro não interfira no trabalho da PF." (*Colaborou Bruno Abbud*)

REPRODUÇÃO

Despachos. O juiz Renato Borelli também mandou bloquear bens de Crivella e cobrou recursos de João Paulo Cunha

Juiz já mandou Bolsonaro usar máscara

> O juiz Renato Borelli, que mandou prender o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro e faz parte atualmente da 15ª Vara Federal de Brasília, já decidiu contra políticos de diferentes partidos. Em 2020, durante a pandemia, ele determinou que o presidente Jair Bolsonaro, hoje no PL, usasse máscara nos espaços públicos do Distrito Federal, mas a decisão acabou sendo derrubada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1).

> Borelli também já mandou bloquear os bens do ex-prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Crivella (Republicanos); determinou que o ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (PT-SP), condenado no mensalão, ressarcisse os cofres públicos em R$ 11 milhões; e ordenou o ex-deputado Rocha Loures (MDB-PR) a devolver salários recebidos.

> O magistrado também já decidiu sobre políticas públicas e atos do governo. No começo deste mês, por exemplo, ele adiou o retorno do trabalho presencial de auditores da Receita que fazem parte do grupo de risco em razão da alta nos casos de Covid-19.

> Em 2017, quando o presidente era Michel Temer, suspendeu o aumento de um imposto federal sobre combustíveis. Em 2016, anulou uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), que tinha livrado o banco Itaú de uma multa de R$ 331,2 milhões.

Ciro e Tebet falam em corrupção no governo; Lula silencia

Pedetista vê 'falso pastor', tenta puxar presidente para o caso e senadora cita 'desmando'. Lula evita abordar assunto, mas PT ironiza Bolsonaro

CAMILA ZARUR E SÉRGIO ROXO
politica@oglobo.com.br
BRASÍLIA E SÃO PAULO

A prisão do ex-ministro Milton Ribeiro já começou a ser usada como munição por adversários do presidente Jair Bolsonaro (PL). Pré-candidatos ao Planalto reagiram enfatizando a prática de corrupção dentro do governo. Líder nas pesquisas de intenção de voto e sempre alvo de adversários pelos casos de corrupção nos governos petistas, Lula, contudo, evitou falar diretamente sobre o episódio, deixando ao PT a manifestação nas redes.

Em entrevista à rádio Nova Manhã, da Bahia, o pedetista Ciro Gomes chamou Milton Ribeiro de "falso pastor" e o acusou de atuar junto a Bolsonaro, promovendo uma "tragédia" na Educação:

— O pior investimento na história, as universidades estão fechando as portas e a gente recebe a notícia que estão roubando dinheiro. Um camarada, que é do grupo de falsos pastores, que despachava com o Bolsonaro. Não adianta dizer que foi o pastor. O Bolsonaro que mandou o ministro picareta.

Simone Tebet, pré-candidata do MDB, por sua vez, usou as redes sociais para comentar o caso: "A prisão preventiva do ex-ministro e de lobistas por suspeita de corrupção revela todo desmando que virou a Educação neste governo. O que deveria ser prioridade nacional e política de estado virou manchete policial. Corrupção também é marca desse governo. Nas vacinas, na educação, no orçamento secreto. O Brasil precisa de um novo caminho. É possível fazer diferente", escreveu.

Lula silenciou, mas o perfil do PT no Twitter compartilhou um vídeo com a fala de Bolsonaro afirmando que colocaria "a cara no fogo" por Ribeiro e uma charge com o rosto de Bolsonaro pegando fogo.

Pré-candidato pelo Avante, deputado federal André Janones (MG) também ironizou: "Ministro do governo 'sem corrupção' preso por corrupção. Taokey? Bom dia", escreveu no Twitter, imitando bordão atribuído a Bolsonaro.

Já Luiz Felipe D'Avila, pré-candidato do Novo, disse que a gestão Bolsonaro transformou o "FNDE num antro de distribuição de verbas pública" para "agradar alas ideológicas".

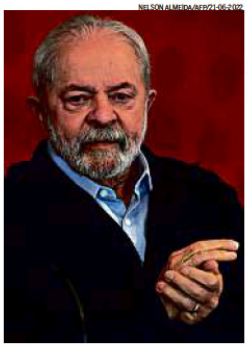
"VAI APARECER MAIS"

Candidato a governador de São Paulo e rompido com Bolsonaro, o ex-ministro da Educação Abraham Weintraub afirmou que mais casos de suspeitas de corrupção vão aparecer com a prisão Ribeiro e dos pastores, informou o colunista do GLOBO Lauro Jardim.

Weintraub foi demitido após ter, segundo o próprio, resistido a entregar o FNDE ao Centrão:

— O Milton Ribeiro saiu e a turma toda ficou. Então, eles continuam atuando. Tem muito mais coisas acontecendo no MEC. (...) A equipe que gerou todo esse caroço continua lá. Os desgastes vão continuar, vão aparecer mais coisas. E, se não aparecer agora, vai aparecer ano que vem.

NELSON ALMEIDA/AFP/21-05-2022



Silêncio. Lula não falou, mas PT postou no Twitter

ANTONIO MOLINA/FOTOARENA/21-01-2022

Ataques. Ciro citou influência de pastores no MEC

JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO/05-08-2022

Reação. Tebet diz que MEC virou caso de polícia

Horas antes da prisão, pedidos de dinheiro para templo

Alvo da operação da Polícia Federal, pastor Gilmar Santos tentava recolher recursos para reforma de igreja em Goiânia

GUILHERME CAETANO
guilherme.caetano@sp.oglobo.com.br
SÃO PAULO

O pastor evangélico Gilmar Santos, alvo de um mandado de prisão pela Polícia Federal na manhã ontem por suspeitas de corrupção no Ministério da Educação, cobrou fiéis por reforma em um templo em seu último culto, na noite de terça-feira.

Antes da oração, já no púlpito da igreja Ministério Cristo para Todos, em Goiânia, Santos fez um apelo ao público para que contribuísse com "duas parcelas de R$ 250 ou de R$ 500" para ajudar na reforma da fachada do prédio. Ele sugeriu, a quem não tivesse condições de contribuir com esses valores, que doasse duas parcelas de R$ 200 ou de R$ 100.

— Estou pedindo em nome de Jesus que os irmãos que puderem, no término do culto, digam "eu posso, eu posso (contribuir financeiramente)". Divida lá em duas parcelas. A verdade é que nossos irmãos e visitantes, quando chegam aqui, dizem "eu não imaginava que aqui dentro era tão bonito, porque lá fora a fachada está precisando, está precisando" — declarou.

Santos informou aos fiéis que, na manhã desta quarta, às 9h30m, um profissional da área da construção civil compareceria ao prédio para analisar a nivelação das paredes e o posterior revestimento com vidro espelhado, e reforçou o pedido por recursos, porque "as coisas não estão fáceis". Ele mostrou um projeto da nova fachada num telão.

Nesse mesmo horário, a PF já estava nas ruas para deflagrar a operação "Acesso Pago", que prendeu também o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro.

Além de Gilmar Santos e Milton Ribeiro, o pastor Arilton Moura também foi alvo de busca e apreensão e prisão, sob suspeitas de crimes na liberação de recursos do Ministério da Educação para prefeituras.

Copyright © Clipclap 2025.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Pagina:** 4 a 8

Copyright © Clipclap 2025.